

A IMPORTÂNCIA DAS REVISTAS DISCENTES¹

Bruno Meyerhof Salama²

Há quinze anos, eu voltava ao Brasil depois de fazer doutorado no Estados Unidos e começava a lecionar direito na Fundação Getúlio Vargas em São Paulo.

Uma coisa me chamava a atenção. Nos Estados Unidos, toda faculdade de direito tinha – tem ainda – uma série de revistas gerenciadas por alunos. Os professores escrevem. Os alunos leem e selecionam textos, editam os textos e os publicam. De vez em quando, os alunos também escrevem. Esse é um dos meios pelos quais os alunos americanos se envolvem com a pesquisa.

Voltando ao ano de 2006, eu logo vi que o modelo americano não seria replicável no Brasil. O direito, nos Estados Unidos, é uma pós-graduação. Quem começa a estudar direito nos Estados Unidos geralmente tem uns 25 anos mais ou menos. E este aluno já estudou alguma outra coisa antes. Às vezes, na área de humanas – ciência política, letras, história, filosofia, etc. E muitas outras vezes, algo completamente diferente: engenharia, biologia, física, o que for.

Mas esta é uma singularidade americana. Não é assim, pelo que sei, em nenhum outro país do mundo. Então, volto agora àquela época de professor recém-doutor, eu logo percebi que a idade e a bagagem do aluno de direito americano – e, por tabela, sua maturidade – seria diferente. O contexto era outro.

Mas eu pensava que talvez fosse possível fazer algo brasileiro – eu nunca achei que a cópia institucional sem adaptações possa

1 Discurso proferido em 22 de setembro de 2021 por ocasião da inauguração da Associação Brasileira de Revistas Estudantis (ABRE), iniciativa da qual a RED|UnB é membro-fundadora e presidente.

2 Professor na Universidade of California em Berkeley onde leciona *Law and Economics, Monetary Law and Regulation, Law and Technology*, entre outras disciplinas. Senior Global Fellow da FGV Direito SP. Mestre e doutor em Direito pela University of California Berkeley e mestre em economia pela FGV/EESP e bacharel em direito pela USP. Fundador de Salama Silva Filho Advogados.

funcionar – que em alguma medida se inspirasse no que eu havia vivido, visto e admirado.

A ideia que propus ao grêmio estudantil foi a de criar uma revista discente para publicar os melhores textos dos alunos, e, com sorte, os melhores textos dos melhores alunos.

À época, na FGV Direito em SP, a ideia prosperou. E, em reconhecimento do meu empenho pela criação de revista discente, os alunos me convidaram a fazer um pequeno discurso em um modesto evento de lançamento por eles organizado.

Eu agora encontrei aquele discurso. Eu o proferi há exatamente 9 anos e 10 meses. Relendo, pensei que o texto envelheceu bem. Por isso, o que eu gostaria de fazer aqui é reler o texto.

Vai assim:

Por que criar-se uma revista de alunos? A pergunta é inescapável. Já não existem no Brasil revistas jurídicas em número suficiente?

Eu vejo três excelentes motivos para que a iniciativa que agora se inaugura seja mais do que justificável.

O primeiro é que os artigos vão sinalizar algo sobre o nível de maturidade e desenvolvimento intelectual dos autores. E, no caso desses autores em particular, há algo importante: será possível inferir algo sobre as faculdades que os estão formando.

Soa um pouco frio, mas, nesta vida, também é preciso ser prático.

Como se mede o sucesso de uma instituição de ensino?

Pela qualidade do corpo docente, é claro, lembrarão os professores, talvez com algum cabotinismo nada inusual. Mas isto não é tudo!

Podemos pensar assim: se uma instituição de ensino tem sucesso, então seus alunos hão de ser capazes produzir coisas boas e úteis.

Poder-se-ia objetar: talvez, dos alunos graduação não se deva, nem se possa, cobrar ou esperar muito. São apenas alunos!

Mas é preciso parabenizar aqueles jovens que se aventuram a pôr no papel suas primeiras linhas – e, mais do que isso, será bom lê-los!

Lê-los para saber algo sobre cada um deles. E também para inferir, um pouco pelo menos, algo sobre as instituições de onde vêm. Este é o meu primeiro ponto.

Há um segundo motivo pelo qual a revista discente é bem-vinda: seu aspecto pedagógico.

Publicando, o aluno pode aperfeiçoar aquela que talvez seja a mais importante técnica para um profissional do direito: a comunicação escrita.

É bacana saudar cada aluno, dar-lhe os parabéns, dar-lhe um incentivo, um tapinha nas costas ou um abraço apertado. Mas a conquista do conhecimento – e, mais do que isto, a conquista da habilidade de expressar-se por escrito – é um longo percurso. Leva anos.

É preciso perseverar, claro: nada substitui o esforço individual. Mas às instituições, cabe criar os meios que facilitem a vida do jovem. A revista discente pode ser um pedaço pequeno desta gigante tarefa.

Na área das humanas, nós escrevemos. O que é escrever?

Escrever é pensar. É a mesma coisa. Quem escreve um texto está tentando convencer, persuadir, explicar, organizar. Por isso, escrever é também a arte de refinar as ideias. Perdão pela repetição: quem escreve está pensando!

O projeto civilizacional brasileiro – cujos contornos, obviamente, estarão sempre em disputa – requer pessoas pensando. E não apenas pensando, mas expondo, discutindo, controvertendo e, em uma palavra, publicando.

É chover no molhado, mas não custa dizer o óbvio: este é um requisito da democracia.

Mas reconhecer este fato não basta. Escrever e pensar de forma organizada sobre temas jurídicos é uma técnica. E como qualquer outra técnica, esta também precisa ser ensinada e treinada. Nisso, uma revista discente pode ajudar.

Há, por fim, um terceiro motivo pelo qual uma revista discente é bem-vinda. Para entendê-lo, podemos começar perguntando: será que devemos dar ouvido aos alunos?

Não se pode cair na esparrela de achar que experiência, traquejo e bagagem não importem. Mas, sem cair em exageros, é possível reconhecer que os alunos de direito ocupam um lugar interessante.

Eles transitam em um território curioso que fica na fronteira entre o pertencer e o não pertencer ao mundo jurídico. Se estão na função privada – isso é, se têm clientes – os têm na qualidade de estagiários. Se

estão na função pública, são auxiliares. Se estão nos bancos da faculdade, são estudantes.

Em suma, se por um lado os alunos de direito ainda são meros aprendizes, por outro já estão no caminho institucionalizado da profissionalização. Por isso, o que lhes falta em experiência e bagagem, pode lhes sobrar em engajamento e vontade.

Tenho esperança de que nenhum destes atributos estará faltando em nenhum dos números desta revista. Felicito-os a todos.